

Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.

CNPJ: 21.869.008/0001-69

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Com relatório dos auditores independentes

Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório da administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	4
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente.....	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2024.

Diretoria executiva	Descrição do cargo
Bruno Riga	Diretor-Presidente
Luciano Alves de Oliveira	Diretor de Construção
Thiago de Figueiredo Mundim	Diretor de Operação e Manutenção
Vago	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Vago	Diretor de Compras

Relações com Investidores

Fábio Romanin

Contadora Responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Nagib Mattar Neto
Contador CRC RJ-116077/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2023	31.12.2022
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	26.429	11.554
Títulos e valores mobiliários		3.850	8
Contas a receber de clientes	4	28.315	21.100
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		777	3.976
Outros tributos compensáveis		10	10
Outros créditos		1.449	1.527
Total do ativo circulante		60.830	38.175
<u>Ativo não circulante</u>			
Contas a receber de clientes	4	-	7.308
Cauções e Depósitos	5	8.150	8.668
Tributos diferidos	17	-	313
Imobilizado	6	310.585	322.198
Intangível	7	13.090	13.590
Total do ativo não circulante		331.825	352.077
Total do ativo		392.655	390.252

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	8	22.383	22.714
Empréstimos e financiamentos	9	10.097	10.026
Obrigações por arrendamentos		217	160
Outras obrigações fiscais		531	293
Encargos setoriais		107	88
Dividendos a pagar	13	3.836	2.718
Outras obrigações	10	5.938	3.831
Total do passivo circulante		43.109	39.830
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	9	106.920	115.453
Obrigações por arrendamentos		5.773	7.037
Outras obrigações fiscais		-	14
Ressarcimento mercado regulado		1.985	-
Provisão para desmantelamento	11	867	482
Total do passivo não circulante		115.545	122.986
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	13	206.050	206.050
Reserva legal		8.084	7.276
Reservas de lucros		11.495	5.738
Reserva de incentivos fiscais		8.372	8.372
Total do patrimônio líquido		234.001	227.436
Total do passivo e do patrimônio líquido		392.655	390.252

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Receita líquida	14	65.175	61.488
Custo do serviço	15	(34.949)	(35.472)
Lucro bruto		30.226	26.016
Despesas operacionais	15		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		628	(430)
Despesas gerais e administrativas		(2.270)	(1.931)
Total despesas operacionais		(1.642)	(2.361)
Resultado do serviço		28.584	23.655
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		3.508	2.620
Despesas financeiras		(11.799)	(12.616)
Total do resultado financeiro		(8.291)	(9.996)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		20.293	13.659
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(3.830)	(2.496)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(313)	281
		(4.143)	(2.215)
Lucro líquido do exercício		16.150	11.444
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	13	0,08	0,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	16.150	11.444
Total de outros resultados abrangentes do exercício	16.150	11.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de incentivos fiscais		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	206.050	6.704	13.305	5.967	-	232.026
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.444	11.444
Aprovação da proposta de dividendos adicionais propostos	-	-	(13.316)	-	-	(13.316)
Reserva legal	-	572	-	-	(572)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	(2.718)	(2.718)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	2.405	(2.405)	-
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	5.749	-	(5.749)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	206.050	7.276	5.738	8.372	-	227.436
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	16.150	16.150
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(5.749)	-	-	(5.749)
Reserva legal	-	808	-	-	(808)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	(3.836)	(3.836)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	11.506	-	(11.506)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	206.050	8.084	11.495	8.372	-	234.001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	16.150	11.444
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	1.425	430
Encargos financeiros do arrendamento	1.105	851
Juros provisionados sobre empréstimos	8.944	9.556
Depreciação e amortização	13.124	13.201
Juros e variações monetárias	1.246	972
Atualização financeira-Desmantelamento	60	79
Custo da transação	255	255
Incentivo fiscal Sudene	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	3.830	2.496
Imposto de renda e contribuição social diferidos	313	(281)
Redução (aumento) dos ativos:		
Contas a receber de clientes	(1.332)	6.871
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	2.654	(665)
Outros tributos compensáveis	-	791
Cauções e depósitos	518	617
Outros créditos	78	(980)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(331)	9.802
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	383
Outras obrigações fiscais	224	(85)
Ressarcimento mercado regulado	1.985	-
Encargos setoriais	19	1
Outras obrigações	2.107	1.856
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.285)	(2.879)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(8.974)	(9.546)
Pagamentos de juros de arrendamento	(1.011)	(851)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	39.104	44.318
Atividades de investimentos:		
Adições de ativos imobilizado e intangível	(1.862)	(447)
Títulos e valores mobiliários	(3.842)	3.765
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de investimentos	(5.704)	3.318
Atividades de financiamentos:		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(9.933)	(9.829)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(125)	(285)
Pagamento de dividendos	(8.467)	(26.012)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(18.525)	(36.126)
Variação no caixa líquido da Companhia	14.875	11.510
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	11.554	44
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	26.429	11.554

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A. (“Companhia”) foi constituída em 30 de janeiro de 2015, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A. e tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de origem eólica, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social, inclusive deter participação social no capital social de outras sociedades seja como acionista ou quotista.

A Companhia explora o potencial eólico de 56 MW no município de Morro do Chapéu, estado da Bahia, que foi objeto do Leilão nº 06/2014-ANEEL, com contrato vigente até 3 de julho 2050, referente à compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia considerou a Orientação Técnica OCPC 07 (R1) e o Pronunciamento Contábil CPC 26 (R1) para divulgação das políticas contábeis que, a partir de 1º de janeiro de 2023, exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais” em vez de “significativas”.

Estas alterações não resultaram em nenhuma mudança relevante, veja nota explicativa 2.4. A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

A administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 14 de março de 2024.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2023.

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis atualmente utilizadas pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50 – Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Divulgação de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o lucro	Reforma tributária internacional - Regras modelo do pilar dois	23 de maio de 2023

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, foram avaliadas e não se espera impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024
CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – instrumentos financeiros: evidenciação	Requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
<u>CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio</u>	Falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint venture</i>	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	A data efetiva dessas alterações foi diferida por tempo indeterminado. A adoção antecipada continua sendo permitida somente para IFRS.

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas.

- Nota 4 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa,
- Nota 7 – Intangível;
- Nota 11 – Provisão para desmantelamento,
- Nota 12 – Provisão para processos judiciais, e
- Nota 19 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (nota explicativa nº 19). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e contas correntes bancárias	5.192	578
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	21.237	3.923
Operações compromissadas	-	7.053
Total	26.429	11.554

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As aplicações financeiras referem-se a investimentos em produtos de renda fixa, de baixo risco, com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo. Os Certificados de Depósitos Bancários foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em média, a 99,14% do CDI (99% do CDI em 31 de dezembro de 2022). Os investimentos em Operações Compromissadas foram remunerados em média, a 80% do CDI em 31 de dezembro de 2022.

4. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	A vencer	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias	31.12.2023	31.12.2022
Mecanismo de Curto Prazo - MCP	3.764	-	1.463	5.227	6.931
Ressarcimento - ACR - Ambiente de contratação regulado	13.404	-	-	13.404	-
Suprimento - ACR - Ambiente de contratação regulado	3.410	847	417	4.674	17.166
Contas a receber - partes relacionadas (nota 18)	1.412	133	4.262	5.807	5.736
	21.990	980	6.142	29.112	29.833
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(22)	(22)	(753)	(797)	(1.425)
Total	21.968	958	5.389	28.315	28.408
Circulante				28.315	21.100
Não circulante				-	7.308

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), são realizados no Mercado de Curto Prazo (MCP) e são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Uso de estimativas:

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A Companhia não constitui provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE (MCP e Ressarcimento ACR) e, em razão das garantias envolvidas nas operações

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	31.12.2022	Adição	Reversão	31.12.2023
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(1.425)	(699)	1.327	(797)
Total	(1.425)	(699)	1.327	(797)

	31.12.2021	Adição	Reversão	31.12.2022
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(995)	(1.211)	781	(1.425)
Total	(995)	(1.211)	781	(1.425)

5. Cauções e depósitos

	31.12.2023	31.12.2022
Conta Reserva de O&M	1.676	1.520
Conta centralizadora	1.877	2.463
Conta reserva do serviço da dívida do BNDES	4.597	4.685
Total	8.150	8.668

O saldo de R\$ 8.150 (R\$ 8.668, em 31 de dezembro de 2022), é composto por valores em garantia conforme definido nos contratos de empréstimos e financiamentos destacados abaixo:

- **Conta centralizadora:** conta corrente constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos no contrato de financiamento com o BNDES;
- **Conta reserva de O&M:** conta corrente composta por aportes equivalentes a 25% do valor anual dos pagamentos dos contratos de O&M;
- **Conta reserva do serviço da dívida do BNDES:** conta corrente para a qual é transferido o valor necessário para perfazer o saldo integral mínimo de (i) 3 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida, caso o ICSD apurado seja igual ou superior a 1,20 ou (ii) 6 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida, caso o ICSD apurado seja inferior a 1,20.

Uma vez que as contas estão atreladas ao empréstimo captado, com data de vencimento em 15 de dezembro de 2035, a rubrica de cauções e depósitos encontra-se classificada como não circulante no balanço em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

6. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de máquinas e equipamentos, compostos principalmente por aerogeradores e turbinas que compõem a infraestrutura operacional da Companhia, edificações, obras civis e benfeitorias.

Uso de estimativas

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia (nota explicativa nº 11).

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado nos exercícios de 2023 e 2022:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Adição	Depreciação / amortização	Baixa	Desmantelamento	Transferência	31.12.2023
Imobilizado em serviço							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	54.817	-	-	-	324	-	55.141
Máquinas e equipamentos	303.475	-	-	-	-	950	304.425
Linhas de transmissão	9.952	-	-	-	-	-	9.952
	368.244	-	-	-	324	950	369.518
Depreciação acumulada							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(8.052)	-	(1.823)	-	-	-	(9.875)
Máquinas e equipamentos	(44.410)	-	(10.168)	-	-	-	(54.578)
Linhas de transmissão	(1.434)	-	(332)	-	-	-	(1.766)
	(53.896)	-	(12.323)	-	-	-	(66.219)
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos	1.304	1.833	-	-	-	(950)	2.187
	1.304	1.833	-	-	-	(950)	2.187
Total do imobilizado	315.652	1.833	(12.323)	-	324	-	305.486
Ativo de direito de uso							
Terrenos	6.546	-	(271)	(1.176)	-	-	5.099
	6.546	-	(271)	(1.176)	-	-	5.099
Total	322.198	1.833	(12.594)	(1.176)	324	-	310.585

	31.12.2021	Adição	Depreciação / amortização	Desmantelamento	Transferência	31.12.2022
Imobilizado em serviço						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	55.150	-	-	(341)	8	54.817
Máquinas e equipamentos	302.663	-	-	-	812	303.475
Linhas de transmissão	9.952	-	-	-	-	9.952
	367.765	-	-	(341)	820	368.244
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(6.217)	-	(1.835)	-	-	(8.052)
Máquinas e equipamentos	(34.268)	-	(10.142)	-	-	(44.410)
Linhas de transmissão	(1.102)	-	(332)	-	-	(1.434)
	(41.587)	-	(12.309)	-	-	(53.896)
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	1.757	367	-	-	(820)	1.304
	1.757	367	-	-	(820)	1.304
Total do imobilizado	327.935	367	(12.309)	(341)	-	315.652
Ativo de direito de uso						
Terrenos	6.742	124	(320)	-	-	6.546
	6.742	124	(320)	-	-	6.546
Total	334.677	491	(12.629)	(341)	-	322.198

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados são as seguintes:

Administração	%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,33%
Máquinas e equipamentos	6,25%
Linhas de transmissão	3,33%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2023.

Ativo de direito de uso	Prazo médio remanescente (anos)
Terrenos	19

7. Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia elétrica durante o período da outorga.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	31.12.2023		31.12.2022
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Custo incremental	81	(13)	68
Direito de uso da concessão	15.921	(2.899)	13.022
Total	16.002	(2.912)	13.090

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022					Total circulante + não circulante
	Circulante			Não circulante		
	Principal	Juros	Total	Principal	Total	
Moeda nacional						
BNDDES	9.621	405	10.026	115.453	115.453	125.479
Total	9.621	405	10.026	115.453	115.453	125.479

A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.942	124.129	134.071
Encargos provisionados	9.556	-	9.556
Encargos pagos	(9.546)	-	(9.546)
Varição monetária	972	-	972
Transferências	8.676	(8.676)	-
Amortizações	(9.829)	-	(9.829)
Custo de transação	255	-	255
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.026	115.453	125.479
Encargos provisionados	8.944	-	8.944
Encargos pagos	(8.974)	-	(8.974)
Varição monetária	1.246	-	1.246
Transferências	8.533	(8.533)	-
Amortizações	(9.933)	-	(9.933)
Custo de transação	255	-	255
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.097	106.920	117.017

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e vigentes no período findo em 31 de dezembro de 2023:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	31.12.2023
BNDDES	122.064	17/04/20	15/12/35	TJLP+1,34% aa	Mensal	Mensal	74.368	Financiamento	117.017

A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
9.720	9.720	9.720	9.720	68.040	106.920

Garantias

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato conta com as seguintes garantias:

- A controladora direta Enel Brasil S.A. como interveniente;
- Penhor das ações da interveniente Enel Brasil S.A.;
- Penhor de máquinas e equipamentos; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios, via constituição de contas reserva.

Com o *completion* físico e financeiro concedido pelo BNDDES em 2022, a fiança bancária anteriormente vigente foi dispensada.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Índice de cobertura do serviço da dívida

Contrato	Descrição da cláusula restritiva	Índice mínimo requerido	Periodicidade de apuração do índice
BNDES	ICSD - Geração de Caixa / Serviço da Dívida	1,20	Anual

1. Geração de caixa para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a (+) EBITDA do ano de referência, conforme item (iii); (-) despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no exercício, líquidos de diferimentos, excluindo-se a despesa de imposto de renda e contribuição social decorrentes das receitas financeiras;
2. Serviço da dívida refere-se ao somatório de 12 meses de pagamentos de amortização de principal e juros realizadas no ano de referência das operações de empréstimos, financiamentos, exceto ao referente ao subcrédito social do contrato com o BNDES;
3. EBITDA do ano de referência refere-se ao (+/-) lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido; (+/-) resultado financeiro líquido negativo/positivo; (+/-) resultado com equivalência patrimonial negativo/positivo; (+) depreciações e amortizações; (+/-) perdas (desvalorização) por *impairment* / reversões de perdas anteriores; (+/-) prejuízo/lucro na alienação de imobilizado, investimentos ou intangível.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o ICSD atendeu as condições do índice mínimo requerido.

O contrato de financiamento determina também a apuração do ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), para fins de ajuste do montante mínimo da Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES, conforme explicitado nas definições das contas, na nota explicativa nº 5.

10. Outras obrigações

Em 31 de dezembro de 2023, o montante apresentado de R\$ 5.938 (R\$ 3.831 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a compartilhamento de despesas comuns entre as empresas do grupo, vide nota explicativa nº 18.

11. Provisão para desmantelamento

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto anual ajustada ao risco de 10,41% (12,42% em 31 de dezembro de 2022), tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

Uso de estimativas

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida no resultado do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo do início do exercício	482	744
Revisão da estimativa	325	(341)
Atualização financeira	60	79
Saldo do final do exercício	867	482

12. Provisão para processos judiciais

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas:

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Decisão STF – Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 30 de dezembro de 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

12.1 Contingência com risco provável

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a Companhia não está envolvida em ações judiciais em que a probabilidade de perda foi julgada como provável.

12.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	31.12.2022
Fiscais	749	675
Total	749	675

A Companhia discute, principalmente, taxa de fiscalização e funcionamento no montante de R\$ 749 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 675 em 31 de dezembro de 2022).

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social é de R\$ 206.050, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2023		31.12.2022	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	206.050.114	100,00%	206.050.114	100,00%
Total	206.050.114	100,00%	206.050.114	100,00%

13.2 Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a qual não poderá exceder 20% do capital social

13.3 Reserva de incentivo fiscal

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia utilizou o benefício de redução do imposto de renda da SUDENE, e constituiu reserva de incentivo fiscal R\$ 2.405. Não houve constituição de reserva para o exercício de 2023.

13.4 Reserva estatutária

Conforme artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, o lucro remanescente (após destinações a reserva de legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinada a formação de reserva para reforço de capital de giro, observado o disposto no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações. Tal reserva trata-se de reserva estatutária com as seguintes características: (i) sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da Companhia; (ii) será destinado à Reserva para Reforço de Capital de Giro o saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, após a constituição de reserva legal, a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% e constituição de reservas de lucros previstas no estatuto da Companhia e proposta pela Administração; (iii) a Reserva para Reforço de Capital de Giro deverá observar o limite previsto no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) a reserva poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas. A Assembleia Geral Extraordinária de 26 de abril de 2023 da Companhia deliberou e aprovou a distribuição de dividendos adicionais do saldo constante na reserva para reforço de capital de giro, no montante de R\$ 5.749 pagos de forma integral dentro do exercício de 2023.

13.5 Dividendos

A movimentação dos dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 se encontra detalhada abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Efeito não caixa		Efeito caixa	31.12.2023
		Dividendos adicionais	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	
Dividendos a pagar	2.718	5.749	3.836	(8.467)	3.836

	31.12.2021	Efeito não caixa		Efeito caixa	31.12.2022
		Dividendos adicionais	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	
Dividendos a pagar	12.696	13.316	2.718	(26.012)	2.718

13.6 Distribuição de resultado

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	16.150	11.444
(-) Reserva legal	(808)	(572)
Lucro ajustado	15.342	10.872
Dividendo mínimo obrigatório	(3.836)	(2.718)
Reserva de incentivo fiscal	-	(2.405)
Reserva para reforço de capital de giro	(11.506)	(5.749)
	-	-

Em 3 de julho de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sendo: constituição de reserva legal no montante de R\$ 572, distribuição aos acionistas o montante de R\$ 2.718 na forma de dividendos mínimos obrigatórios, R\$ 2.407 será pago a reserva de incentivo fiscal e R\$ 5.749 como alocação para reserva para reforço de capital de giro. Em ato contínuo, imediata distribuição do montante alocado em reserva de reforço de capital de giro de R\$ 5.749, a título de dividendos adicionais, pagos dentro do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

13.7 Lucro básico por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em poder dos acionistas durante o exercício.

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	16.150	11.444
Número de ações	206.050.114	206.050.114
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	0,08	0,06

14. Receita líquida

Receita de contratos com clientes

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

	31.12.2023	31.12.2022
Suprimento de energia elétrica	35.353	31.608
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas (nota 18)	32.492	36.376
	67.845	67.984
Deduções da receita		
Cofins (a)	(2.035)	(5.167)
Pis (a)	(441)	(1.122)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(194)	(207)
	(2.670)	(6.496)
Total	65.175	61.488

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia adotou o regime de tributação pelo lucro presumido, com isso, houve redução das alíquotas de Pis e Cofins de 9,25% para 3,25%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o regime de tributação da Companhia foi o lucro real.

15. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

	2023			2022				
	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Total
Material	(55)	-	(3)	(58)	(39)	-	(14)	(53)
Serviços de terceiros	(5.479)	-	(8)	(5.487)	(5.821)	-	(11)	(5.832)
Serviços de terceiros partes relacionadas (nota 18)	-	-	(2.107)	(2.107)	-	-	(1.835)	(1.835)
Energia elétrica comprada para revenda	(5.975)	-	-	(5.975)	(6.164)	-	-	(6.164)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas (nota 18)	(6.437)	-	-	(6.437)	(7.797)	-	-	(7.797)
Encargos de uso de rede elétrica	(3.151)	-	-	(3.151)	(2.950)	-	-	(2.950)
Depreciação e amortização	(13.134)	-	-	(13.134)	(13.161)	-	-	(13.161)
Aluguéis e arrendamentos	(19)	-	-	(19)	(40)	-	-	(40)
Transporte de potência de energia	(10)	-	-	(10)	(26)	-	-	(26)
Transporte de potência de energia - partes relacionadas (nota 18)	(8)	-	-	(8)	(32)	-	-	(32)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	628	-	628	-	(430)	-	(430)
Seguros	(680)	-	-	(680)	(759)	-	-	(759)
Outras receitas (despesas)	(1)	-	(152)	(153)	1.317	-	(71)	1.246
Total	(34.949)	628	(2.270)	(36.591)	(35.472)	(430)	(1.931)	(37.833)

16. Resultado financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	31.12.2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	2.649	1.479
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	-	496
Variação cambial	-	735
Variação cambial realizada	-	2
Atualização de créditos tributários	543	(23)
Outras variações cambiais	293	-
Outras receitas financeiras	23	-
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	-	(69)
	3.508	2.620
Despesas financeiras		
Custo de transação	(255)	(255)
Encargos de dívidas	(10.190)	(10.528)
Atualização de impostos e multas	(10)	(16)
Garantias e fianças	(3)	(709)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(51)	(59)
Atualização financeira desmantelamento	(60)	(79)
Juros em arrendamento	(1.105)	(851)
Outras variações cambiais	(3)	-
Outras despesas financeiras	(122)	(119)
	(11.799)	(12.616)
Total	(8.291)	(9.996)

17. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023
Receita de suprimento de energia elétrica	67.845
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	5.428
Rendimento de aplicações financeiras	2.649
Atualização de créditos tributários	543
Outras receitas financeiras	23
Total base de cálculo	8.643
Alíquota do imposto de renda (15%)	(1.296)
Alíquota do imposto de renda adicional (10%)	(840)
Total do imposto de renda	(2.136)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	8.141
Rendimento de aplicações financeiras	2.649
Outras receitas	-
Atualização de créditos tributários	543
Outras receitas financeiras	23
Total base de calculo	11.356
Alíquota da contribuição social (9%)	(1.022)
Imposto de renda e contribuição social sobre ressarcimento	-
Estorno diferido mudança de critério Lucro Real para Lucro Presumido	(672)
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	(3.830)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia adotou o lucro real. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com base no lucro real encontram-se demonstrados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2022	
	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:		
Na rubrica de tributos:		
Correntes	(1.193)	(1.303)
Diferidos	207	74
	(986)	(1.229)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:		
Resultado antes dos tributos	13.659	13.659
Adições:		
Variação cambial não realizada	(735)	(735)
Provisões	1.448	1.448
Outras despesas indedutíveis	114	114
	827	827
Base de cálculo	14.486	14.486
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(3.599)	(1.302)
SUDENE	2.405	-
Total	(1.194)	(1.302)

Incentivo fiscal

A Companhia tem reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração para a atividade de geração de energia, cujo empreendimento está instalado em área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. O laudo constitutivo foi aprovado em 2019 com o período de fruição - 10 anos - de janeiro de 2019 a dezembro de 2028. Haja vista a opção pelo regime de lucro presumido entre os anos de 2019 e 2021 e, em conformidade com o despacho decisório da RFB, foi deferido o prazo de 01/01/2022 a 31/12/2028 de fruição do referido benefício fiscal. Para o período findo em 31/12/2022 o benefício apurado foi de R\$ 2.405. O valor do imposto de renda que deixar de ser pago em virtude de sua redução pelo benefício fiscal não poderá ser distribuído aos acionistas sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, da Lei nº 12.973/14.

	Balanços patrimoniais		Resultado	
	31.12.2023	31.12.2022	2023	2022
Tributos diferidos ativos:				
Variação Cambial Não Realizada	-	397	(397)	-
Arrendamento - CPC 06 (R2)	-	39	(39)	39
Outras provisões	-	548	(548)	492
	-	984	(984)	531
Tributos diferidos passivos:				
Variação Cambial Não Realizada	-	(671)	671	(250)
	-	(671)	671	(250)
Total	-	313	(313)	281

18. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro 2023 e 2022, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

18.1 Controladora (Enel Brasil)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Natureza da transação	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Compartilhamento das despesas comuns	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(7.768)	(5.565)	(2.107)	(1.835)
Dividendos		(3.836)	(2.718)	-	-
Total		(11.604)	(8.283)	(2.107)	(1.835)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

Em 2023 a Companhia não realizou pagamentos para partes relacionadas, no que se refere ao contrato de fruição de utilidades comuns, embora tenha havido reconhecimento de obrigações relativas a este contrato. Outros pagamentos realizados para partes relacionadas se referem aos encargos de uso da rede para a Enel Cien S.A., integrante do SIN – Sistema Interligado Nacional.

18.2 Empresas em controle em comum

Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Transmissão de energia (*)		(1)	(3)	(8)	(32)
Enel Cien S.A	Até março de 2023	(1)	(3)	(8)	(32)
Compra e venda de energia		(2.156)	(325)	26.055	28.579
Enel Trading Brasil		(2.825)	(958)	21.183	21.721
Ampla Energia E Serviços S.A		181	171	1.320	1.247
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A	Até o final da concessão	335	317	2.436	2.302
Companhia Energetica Do Ceara - Coelce		153	145	1.116	1.055
Celg Distribuicao S.A. Celg D (*)		-	-	-	2.254
Suporte Operacional		(5.852)	(6.145)	-	-
Enel Green Power Spa	Janeiro de 2018 até o término dos serviços	(5.852)	(6.145)	-	-
Compartilhamento de Despesas comuns		4.260	4.259	-	-
Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	4.260	4.259	-	-
Total		(3.749)	(2.214)	26.047	28.547

(*) Em dezembro de 2022, a concessão da interconexão Brasil-Argentina (Garabi I e Garabi II) foi licitada no leilão 002/2022 no lote 5 e a Cien S.A. optou por não participar da licitação. O vencedor da licitação e novo operador da concessão foi a Transmissora Aliança de Energia Elétrica – TAESA, que assumiu a concessão a partir de 31 de março de 2023. Até essa data, as transações da Companhia com a Enel CIEN, foram consideradas como transações entre partes relacionadas.

Compartilhamento das despesas comum: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruïdas em relação à fruição de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Compra e venda de energia: Contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de (i) prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; (ii) aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; (iii) fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; (iv) participação na execução do projeto; (v) designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Remuneração dos Administradores

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia em 2023 e 2022.

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

Categoria	Nível	31.12.2023		31.12.2022		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	26.429	26.429	11.554	11.554
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	3.850	3.850	8	8
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	28.315	28.315	28.408	28.408
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	8.150	8.150	8.668	8.668
			66.744	66.744	48.638	48.638
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	22.383	22.383	22.714	22.714
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	117.017	107.088	125.479	80.564
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	5.990	5.990	7.197	7.197
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	3.836	3.836	2.718	2.718
			149.226	139.297	158.108	113.193
Total			215.970	206.041	206.746	161.831

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as rubricas empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

19.1 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Companhia neste momento, dado as suas operações atuais).

19.2 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, que estão atreladas ao CDI. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis (IPCA e TJLP), além das variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, as quais estão atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos do resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros de 2023 fossem iguais as esperadas para os próximos 12 meses, considerando a taxa de juros contratual (índice + spread). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

Indexador do contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
TJLP	9.125	10.942	1.817	12.733	3.608
Total	9.125	10.942	1.817	12.733	3.608

19.3 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras mantidos pela Companhia.

Contas a receber

A administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, em função da reputação destas empresas, mercado onde atuam e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

19.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2023.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da *Holding* do grupo (Enel Spa) que, por meio da *Enel Finance International (EFI)*, poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de empréstimos e financiamentos e fornecedores da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2023						
Fornecedores	-	22.383	-	-	-	22.383
Empréstimos e financiamentos - pós fixados	1.542	3.024	13.501	64.896	85.888	168.851
Total	1.542	25.407	13.501	64.896	85.888	191.234

19.5 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

19.6 Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Administração.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido, conforme detalhado a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	117.017	125.479
Dívida	117.017	125.479
Caixa e equivalentes de caixa	(26.429)	(11.554)
Títulos e valores mobiliários	(3.850)	(8)
Dívida líquida	86.738	113.917
Patrimônio líquido	234.001	227.436
Índice de endividamento líquido	27%	33%

20. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/23	31/10/24	3.171.793	5.330.451
Responsabilidade civil geral	31/10/23	31/10/24	n/a	1.260.750
Responsabilidade civil de administradores	10/11/23	10/11/24	n/a	77.618
Riscos ambientais	31/10/23	31/10/24	n/a	106.609
Frota	28/09/23	28/09/24	n/a	-

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.